

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



NOEMIA DA SILVA PEREIRA

O JOVEM TRABALHADOR EM CONFECÇÕES E O ENSINO
SUPERIOR: Desafio para as políticas públicas no aglomerado do
Agreste/PE e Cariri/PB

Campina Grande – PB
Setembro – 2016

NOEMIA DA SILVA PEREIRA

O JOVEM TRABALHADOR EM CONFECÇÕES E O ENSINO
SUPERIOR: Desafio para as políticas públicas no aglomerado do
Agreste/PE e Cariri/PB

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura Plena em Geografia da
UFCG - Campus Campina Grande, como
requisito para a obtenção do título de
Licenciado em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Maria de Lira

Campina Grande – PB
2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

P436j

Pereira, Noemia da Silva.

O jovem trabalhador em confecções e o ensino superior: desafio para as políticas no aglomerado do Agreste/PE e Cariri/PB / Noemia da Silva Pereira. - Campina Grande, 2016.

40 f : il. color.

Monografia (Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

"Orientação: Profa. Ma. Sonia Maria de Lira".

Referências.

1. Ensino Superior. 2. Políticas Públicas – Jovens Trabalhadores. I. Lira, Sonia Maria. II. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande (PB). III. Título.

CDU 378(043)

NOEMIA DA SILVA PEREIRA

O JOVEM TRABALHADOR EM CONFECÇÕES E O ENSINO SUPERIOR: desafio para as políticas públicas no aglomerado do agreste/PE e cariri/PB.

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Geografia da UFCG - Campus Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sonia Maria de Lira (Orientadora)

Prof. Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo (Examinador interno)

Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias (Examinador externo)

Campina Grande, 30 de Setembro de 2016

Dedico esta monografia primeiramente a Deus por me conceder a graça de estar realizando um sonho. Aos meus pais João Pereira dos Santos e Rosa Bento da Silva por todo amor, carinho e dedicação que tiveram comigo ao longo destes anos. Aos meus irmãos Ana Maria, João, José, Rosilene, Severino, por todo o apoio. Aos meus tios e tias, em especial a minha tia Maria José e o seu esposo Rosinaldo pela generosidade, pelo acolhimento. Jamais esquecerei o que fizeram por mim. A tia Bastinha pelo carinho, a Maria e Marcileide pelas acolhidas. Ao meu noivo Fagner Pereira por todo apoio, paciência e amor neste momento da minha vida. A Marileide e Diassis pelo apoio e carinho. Aos meus amigos Yasmin, Felipe, Talita, Alex e Alberto, que sofreram, choraram e riram ao meu lado durante estes quase cinco anos de graduação e que os levarei para sempre em minha vida. Dedico também a todos que fazem parte da Escola Municipal Tertuliano José da Silva, em especial à Cristina e à Joelma pela compreensão, paciência e apoio. Vocês são o alicerce para eu ter chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela dádiva de poder vivenciar este momento especial e único.

Aos meus pais João Pereira e Rosa Bento por toda dedicação, carinho e amor por mim ao longo destes anos.

À minha orientadora, amiga, conselheira, mãe e Profa. Dra. Sonia Maria de Lira que por muitas vezes eu não via uma professora na minha frente, mas uma mãe, que dava broncas, puxões de orelha, mas acima de tudo fazia isto tudo com muito amor, respeito, carinho e amizade. Não tenho palavras para agradecer a esta mulher, que foi e é um anjo na minha vida. Escrevo isto com os olhos cheios de lágrimas, lembrando tudo o que passamos para que eu pudesse chegar até aqui. Muito obrigada por acreditar em mim, no meu potencial e por nunca desistir de mim. Que Deus te conceda chuvas de bênçãos.

À técnica em cartografia Ana Raquel, pelo apoio e ajuda na elaboração dos mapas e em outras fases decisivas da minha graduação. Que Deus te abençoe.

Ao amigo de graduação Felipe Lima e família pela estadia e colaboração na coleta de dados em toda a pesquisa.

Ao amigo de graduação José Edergilson pelo apoio em Santa Cruz do Capibaribe.

À professora Susana Lira pela colaboração com a pesquisa na coleta de dados em Caruaru.

Aos professores de graduação Sergio Malta, Débora Coelho, Janaína Barbosa, Zenon Sabino, Sérgio Murilo, Aline Barbosa, Kátia, Angélica Mara, Nicolly, Xisto Serafim, Priscila, Lincoln Diniz, Thiago Romeu, Eugênio, Niédja, Berto (em memória), entre outros, com os quais construímos conhecimentos nas diversas disciplinas ao longo do curso.

RESUMO

O ensino superior, historicamente, tem atendido às elites e embora, nos últimos anos, este acesso tenha sido ampliado para as classes populares no Brasil, necessita-se de mais investimentos, pois grande parcela desta população ainda encontra-se fora das universidades. Nesta perspectiva, o trabalho aqui apresentado, tem como objetivo geral verificar se os jovens que trabalham com confecções no aglomerado produtivo de confecções do Agreste pernambucano e Cariri paraibano estão tendo acesso ao Ensino Superior. A pesquisa se justifica pela carência de estudos que enfoquem as políticas públicas para o segmento juvenil no aglomerado. Por isso, pode contribuir com novos projetos que fomentem um desenvolvimento menos desigual e mais incluyente para estes segmentos. O caminho metodológico escolhido foi a pesquisa qualitativa e quantitativa, mas não iremos nos ater apenas aos dados coletados, porém à interpretação contínua da realidade. Utilizamos também a técnica da triangulação, a qual segundo Triviños enfoca os sujeitos, o meio e o macrossistema em que estão inseridos. Identificamos que existe um percentual de jovens adentrando em universidades tanto públicas quanto privadas, porém boa parte destes estudantes não procuram os cursos voltados para a atividade produtiva, oferecidos pelas universidades públicas em Caruaru, buscando outras áreas que lhes possibilitem novas alternativas de emprego, e muitas vezes deslocam-se para instituições da Paraíba, por oferecerem uma diversidade maior de áreas. Ademais, os cursos do Agreste pernambucano, vinculados à atividade produtiva, ocorrem no período diurno e a maioria dos jovens entrevistados não possuem informações sobre os mesmos. Também verificamos que muitos jovens alegam não ser necessário o curso superior para trabalharem com confecções e que preferem os cursos técnicos, através do SENAI, prefeituras ou setor privado. Neste contexto, o PRONATEC do IFPE-Caruaru, o qual poderia atender esta demanda, não possui cursos voltados para esta potencialidade econômica local. Sendo assim, as políticas públicas para as juventudes parecem não ser pensadas e gestadas a partir da efetiva participação destes sujeitos. Mas é somente assim que poderá contribuir com um processo menos excludente e com mais equidade.

Palavras chave: Jovens trabalhadores, políticas públicas, ensino superior.

Abstract

Historically, higher education has been serving elite of society. Notwithstanding in the last few years it has been opened to lower layers of population, it still needs more funds, because most of people does not go to college yet. In this perspective, this work goals to assess if the young people who works for textile industry at Pernambuco s agreste and Paraíba s backwoods (Cariri) are joining higher education. The research is needed due to the lack of studies that focus public policy to the youth at those areas. Thus, it is academically and socially relevant, because it can base new projects that promote a fairer and more inclusive development to these segments. Qualitative research was chosen as methodology. Because we will not be only attached to data, but to continuous interpretation of reality. Triangulation technique was also used, that according to Triviños, it focus subjects, the environment and the system in which youth is inserted. We spotted a percentage of youth people joining public and private universities, however, they look for different areas of knowledge from those they already work at and there are public education offered at Caruaru it is due to the possibility of new job opportunities, often moving from their hometown to Paraíba, where there are more diversified offer of courses. Plus, most of the courses linked with textile industry that are taken at Pernambuco agreste, happens at day shift, and most of the young interviewed does not have information about them. We also verified that many young judge do not be necessary higher education to work at textile industry, and they rather chose technical education, frequently often by SENAI, city halls, and private sectors. In this context, PRONATEC of IFPE-Caruaru, which could supply this demand, does not offer any course facing this economic potential. Therefore, public policy to the youth must be projected from the effective participation of these subjects, because only this way it can contribute for less excluding process.

Keywords: Young workers, public policy, higher education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa do Aglomerado Produtivo de Confeccões do Agreste Pernambucano e Cariri Paraibano.....	15
Figura 02: Jovem de 14 anos trabalhando na sua residência.....	18
Figura 03: Dona de casa costurando na sua facção.....	19
Figura 04: Composição da população total residente, por sexo e grupo de idade no semiárido brasileiro.....	21
Figura 05: Mapa dos fluxos educacionais de Santa Cruz do Capibaribe em PE.....	28
Figura 06: Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)-Campus Caruaru.....	29
Figura 07: Polo Comercial de Caruaru.....	29
Figura 08: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru FAFICA.....	30
Figura 09: Faculdade Vale do Ipojuca- Campus Caruaru(FAVIP).....	30
Figura 10: Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional- FADIRE.....	31
Figura 11: Universidade Federal de Campina Grande- UFCG.....	32
Figura 12: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Campos I- Campina Grande....	32
Figura 13: Mapa dos Fluxos Educacionais de alguns municípios do Agreste pernambucano para Campina Grande.....	33
Figura 14: Gráfico dos motivos para a desistência dos estudos.....	35

LISTA DE SIGLAS

ASCES	Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico
CESAC	Centro de Ensino Superior Santa Cruz
CVTS	Centro de Vocação Tecnológica de Confeção
FACRUZ	Faculdade Santa Cruz
FADIRE	Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional
FAEL	Faculdade Educacional da Lapa
FAFICA	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de <i>Caruaru</i>
FAVIP	Faculdade Vale do Ipojuca
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IBRATS	Instituto Brasileiro de Tecnologia & Saúde
IES	Instituições de Ensino Superior
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
ISED	Instituto de Educação Superior Santa Cruz
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
REUNI	Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
UPE	Universidade Estadual de Pernambuco
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CARACTERIZAÇÃO DO MEIO EM QUE OS JOVENS TRABALHADORES ESTÃO INSERIDOS.....	14
1.1 O pioneirismo de Santa Cruz do Capibaribe na produção de confecções.....	14
1.2 Toritama também se envolve com a produção de confecções.....	16
1.3 Caruaru se amplia em atividades que vão além das confecções.....	16
1.4 O aglomerado produtivo em Pernambuco e na Paraíba.....	17
2 AS JUVENTUDES, AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES-ESTUDANTES	21
2.1 Os trabalhadores-estudantes e a participação nos cursos profissionalizantes e no Ensino Superior	25
3 O ENSINO SUPERIOR E A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS DO AGLOMERADO DE CONFECÇÕES.....	26
3.1 Breve resgate sobre o Ensino Superior.....	26
3.2 Ampliação do Ensino Superior no Agreste pernambucano.....	27
3.3. Os jovens do aglomerado buscam o ensino superior na Paraíba.....	32
3.4 Análise sobre os jovens trabalhadores no aglomerado de confecções e o Ensino Superior	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

A educação no nosso país não tem sido considerada satisfatória para a população a partir de análises comparativas com os níveis globais, porém percebe-se que a partir da década de 1990 surgem significativos avanços na participação dos estudantes brasileiros na Educação Básica, em escolas públicas, inclusive a partir da exigência de órgãos internacionais, partindo dos interesses do modo civilizatório capitalista. No entanto, ampliou-se o acesso destes escolares, mas não houve garantia da qualidade das referidas instituições.

No Brasil, o Ensino Superior sempre foi um privilégio de poucos. Isto, porque para os filhos dos trabalhadores foram proporcionados, historicamente, os níveis educacionais mais elementares, enquanto que para as classes dominantes o acesso à educação superior foi ofertada através da chamada dualidade educativa, a qual nos deteremos no decorrer do texto.

Na atualidade, os jovens, principalmente aqueles oriundos das classes populares, tiveram aumento de sua inserção nos cursos superiores, a partir do ano de 2008, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Este programa tinha por objetivo dar a estas instituições condições de se expandirem e garantir possibilidades de acesso e permanência dos referidos jovens ao Ensino Superior.

Ademais, através da iniciativa privada, o Programa Universidade para Todos (Prouni), a partir de bolsas parciais ou integrais concedidas a estudantes, e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) também favoreceram o crescimento do acesso ao ensino superior, de contingentes significativos do segmento juvenil.

A quantidade de Instituições de Ensino Superior (IES) esteve em constante ascensão entre os anos 2000 e 2013, com um crescimento total de 102,6%, sendo 108,2% nas IES privadas e 71% nas públicas, de acordo com o Mapa de Ensino Superior no Brasil (SEMESP, 2015).

Como também, este crescimento vem acontecendo em proporção maior nas regiões Norte e Nordeste a partir da melhoria das condições financeiras destas populações, nos últimos anos. Entre 2012 e 2013 o aumento das matrículas nas referidas regiões ultrapassou 10%, chegando a 20% no Estado da Paraíba, segundo dados do censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Embora este crescimento tenha sido bem maior na rede privada, o setor público também tem ampliado

e se descentralizado pelo interior brasileiro, oferecendo cursos atrelados às potencialidades econômicas locais, em muitos casos.

Neste contexto, foram instalados campus das universidades federais e estaduais de Pernambuco na cidade de Caruaru, com vários cursos ligados à atividade econômica sub-regional (produção de confecção). Entre eles destacamos: Design, Ciências Econômicas, Administração e Engenharia de Produção, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e Administração com ênfase em Marketing e Moda, na Universidade Estadual de Pernambuco (UPE).

Contudo, temos como hipótese que os jovens que trabalham com a atividade confeccionista, nas sub-regiões em que foi instalado o referido campus, não estão conseguindo se inserir naqueles cursos. Isto porque, a partir de estudos efetuados por Pereira e Lira (2015) alguns dos municípios pertencentes ao aglomerado produtivo de confecções, entre eles Vertentes e Jataúba possuíam um percentual muito elevado de abandono no Ensino Médio, chegando a 46,6%, de acordo com dados oficiais (PERNAMBUCO, 2003). Este percentual é muito superior à taxa de abandono escolar neste nível de ensino no Brasil, que possui o percentual de 24%, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2012).

Como também, ao verificarmos a taxa de distorção (idade-série), nesta modalidade de ensino, constatamos que esta taxa oscilava entre 53,3 e 67,2% nos principais núcleos produtivos: Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. E que nos municípios do entorno, também pertencentes ao aglomerado, o percentual estava entre 67,2 e 93,2%, conforme Pernambuco (op. cit).

Por este motivo o trabalho aqui apresentado, tem como objetivo geral verificar se os jovens que trabalham com confecções no aglomerado produtivo do Agreste pernambucano e Cariri paraibano estão tendo acesso ao Ensino Superior.

A pesquisa se justifica pela carência de estudos que enfoquem as políticas públicas para o segmento juvenil no aglomerado. Por isso, possui relevância acadêmica e social, pois pode contribuir com novos projetos que fomentem um desenvolvimento menos desigual e mais incluyente para segmentos da população jovem pernambucana e paraibana.

O caminho metodológico escolhido para esta investigação foi a pesquisa quantitativa e qualitativa, mas em nossa reflexão não iremos nos ater apenas aos dados coletados, mas à interpretação contínua da realidade. Utilizamos também a técnica da triangulação, que segundo Triviños (2006, p 138-139) busca:

[...] Abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é possível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social. Tais suportes teóricos, complexos e amplos, não tornam fáceis os estudos qualitativos.

Este instrumento metodológico envolve não só os sujeitos, mas o meio em que estão inseridos, além de focar sobre o macro-organismo econômico, ou seja, como o capitalismo está a partir de sua racionalidade influenciando a vida e as inter-relações espaciais destes sujeitos.

A pesquisa, aqui desenvolvida, será apresentada no decorrer de três capítulos: no primeiro enfatizaremos sobre a caracterização do meio em que os jovens trabalhadores estão inseridos, destacando os principais núcleos produtivos: Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

No segundo capítulo, apresentaremos algumas discussões acerca das juventudes, relacionando-as às políticas educacionais e a participação dos trabalhadores-estudantes enquanto segmentos escolares que possuem perfis específicos.

No terceiro capítulo, destacaremos o Ensino Superior e a participação dos jovens no aglomerado de confecções, enfatizando sobre como as relações capitalistas que têm inviabilizado esta participação e a busca de parte significativa destes jovens por outros cursos desvinculados da atividade produtiva e melhores condições estudantis no Estado da Paraíba.

CAPÍTULO I

CARACTERIZAÇÃO DO MEIO EM QUE OS JOVENS TRABALHADORES ESTÃO INSERIDOS

Para compreendermos como os jovens trabalhadores em confecções se envolvem com os aspectos educacionais é necessário, anteriormente, entendermos mais sobre algumas características dos aglomerados industriais e, especificamente, sobre o aglomerado produtivo do Agreste pernambucano e Cariri paraibano.

Conforme Porter citado por Lira (2011, p. 38) “entende-se por aglomerado industrial um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares”. Entre os elementos comuns das empresas do aglomerado industrial de confecções destacam-se: informalidade em 85% dos empreendimentos (SEBRAE, 2013), predominância do trabalho domiciliar e familiar, utilização da produção flexível através da fragmentação territorial em áreas urbanas e rurais etc (LIRA, op. cit).

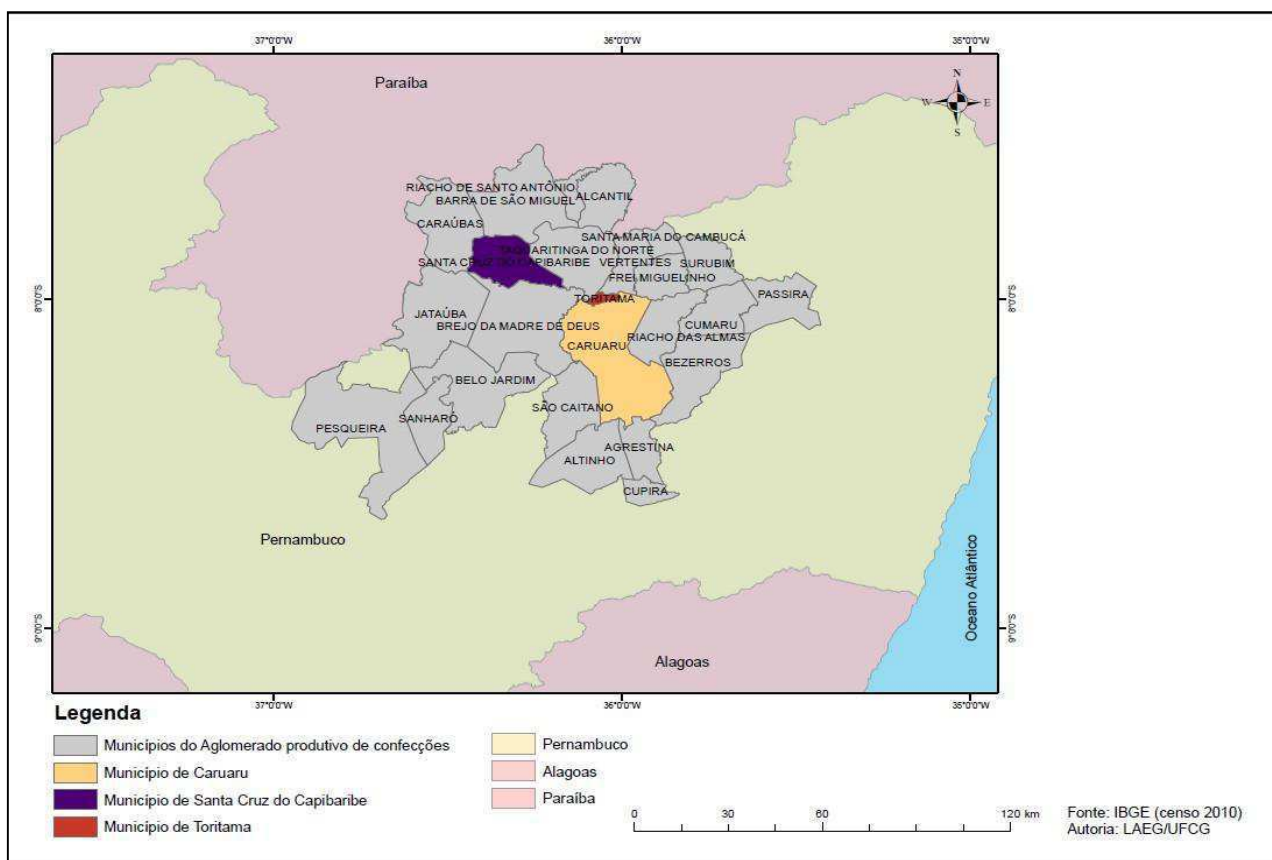
O aglomerado produtivo de confecções do Agreste pernambucano e Cariri paraibano (Figura nº 01) surgiu, inicialmente, no município de Santa Cruz do Capibaribe, passando a influenciar várias outras áreas do seu entorno, entre eles Toritama e Caruaru, que desenvolvem tanto a produção quanto a comercialização, a partir das feiras e de centros de compras ali instalados (PEREIRA e LIRA, 2015).

Como também, ampliam esta influência para mais de trinta municípios pertencentes tanto ao estado de Pernambuco quanto ao da Paraíba no processo produtivo e atingem todos os estados brasileiros no processo de comercialização, chegando a efetivar alguns processos pontuais de exportação para outros países, conforme Lira (op.cit).

1.1 O pioneirismo de Santa Cruz do Capibaribe na produção de confecções

Santa Cruz do Capibaribe trabalha principalmente com produtos feitos com malhas e outros tecidos mais leves, dedicando-se a produção das chamadas modinhas, peças íntimas, produtos moda praia, artigos esportivos, entre outros. E desde os primórdios desta atividade já ultrapassava as fronteiras pernambucanas chegando ao estado da Paraíba.

FIGURA 01: MAPA DO AGLOMERADO PRODUTIVO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE PERNAMBUCANO E CARIRI PARAIBANO



FONTE: PEREIRA E LIRA, 2015.

Estas áreas pertencem ao semiárido nordestino, e por causa de seus períodos cíclicos de estiagem, suas populações tiveram que encontrar alternativas de trabalho e renda em momentos mais críticos.

Como exemplo, podemos destacar a busca de Santa Cruz do Capibaribe por soluções para a crise agrícola (LIRA, 2011.) que assolava a região, por volta das décadas de 40 e 50, dedicando-se à produção de confecções. Também se envolveu com o ramo de produção de calçados, mas com o passar do tempo esta atividade foi dando lugar exclusivamente para a produção de vestuários. Neste período as confecções eram produzidas artesanalmente.

A mesma autora ressalta ainda que, a partir de 1970, alguns confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe, impulsionados por financiamentos cedidos pelo Banco do Brasil, começaram a comprar máquinas industriais visando expandir a comercialização de suas mercadorias. Com isso, outros integrantes das famílias eram enviados para feiras em estados diversos, a princípio da própria região Nordeste e, posteriormente, para outras

regiões como Norte e Centro-Oeste. Este processo fez com que a cidade fosse reconhecida pelo ramo confeccionista e favoreceu a difusão de suas mercadorias por todo o país (LIRA, op. cit, p. 94-95).

Outros municípios, seguindo o exemplo de Santa Cruz, também passaram a produzir confecções, mas se utilizando de outros tecidos como o *jeans*, como foi o caso de Toritama.

1.2 Toritama também se envolve com a produção de confecções

Na atualidade, a economia de Toritama, é prioritariamente voltada para a produção de roupas em *jeans*, com participação de 16% do *jeans* produzido no Brasil, conforme SEBRAE (2013). Este município também procurou alternativas econômicas para a crise da cotonicultura, inicialmente com a fabricação de redes e calçados. Com o declínio da atividade calçadista, nos anos 80, passou a confeccionar peças em jeans, tecido mais apropriado para as antigas máquinas que eram utilizadas nos calçados.

Por isso, nestas áreas também são encontradas lavanderias que trabalham especificamente no beneficiamento do *jeans*. Estes espaços já foram alvo de discussões ambientais promovidas pelo Ministério Público e elaboração de Termos de Ajuste de Conduta, porque as referidas lavanderias despejavam seus dejetos no Rio Capibaribe (LIRA, op. cit.).

A partir das novas exigências legais houve procura por outros territórios para se distanciarem das áreas fiscalizadas. Sendo assim, as lavanderias se expandiram para espaços rurais e para outros municípios, incluindo áreas de Caruaru e Riacho das Almas. Mais recentemente, a fiscalização também tem sido ampliada nestes territórios.

1.3 Caruaru se amplia em atividades que vão além das confecções

Caruaru se destaca como um dos mais importantes municípios do interior do Estado do Pernambuco, consagrado como polo regional pelo seu dinamismo econômico, possui uma posição geográfica privilegiada, sendo cortado por eixos rodoviários que ligam o município da capital aos sertões pernambucanos, pela BR 104 e pela BR 232, além de ser cruzamento para estados de norte a sul nordestinos.

Desde a década de 1960 algumas empresas maiores voltadas ao ramo das confecções de roupas já existiam em Caruaru. Contudo, foi a partir de 1980 que o município passou a integrar o aglomerado de produção vinculado à sulanca (feira que possui produtos simples, de qualidade inferior e preços acessíveis às camadas da população de baixa renda), segundo Lira, (2011, p. 93).

O referido município também desenvolve outras atividades econômicas, destacando-se em bebidas, alimentos e agropastoril. Ademais, tem ampla atividade artesanal de artes figurativas em barro, conhecida em várias partes do mundo, e organiza eventos culturais ligados às festividades juninas (LIRA, op. cit.).

Caruaru também polariza no campo de serviços, seja nos aspectos comerciais, tendo muitas lojas, uma feira de grandes proporções (conhecida através das canções de Luiz Gonzaga), quanto nas áreas de saúde e educação, possuindo alguns hospitais públicos e privados e uma grande variedade de escolas em nível básico e superior.

Abriga assim a UFPE- Campus Caruaru), a UPE e diversas instituições privadas como: Faculdade Vale do Ipojuca (FAVIP), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de *Caruaru* (FAFICA) e instituições de EAD como a Universidade Norte do Paraná(UNOPAR), Faculdade Educacional da Lapa (FAEL), entre outras.

Dessa forma, este município atende grande quantidade de pessoas que se deslocam para se utilizar de seus serviços e oportunidades de trabalho, inclusive na área de confecções. Por isso, nos últimos anos teve um crescimento populacional bem significativo, ampliando de 253.63 habitantes, em 2000, para 314.912 habitantes em 2010.

Mas, o aglomerado de confecções não possui a atuação apenas nos territórios citados anteriormente, pois conforme a figura 01 este atinge dezenas de municípios do Agreste pernambucano e Cariri paraibano.

1.4 O aglomerado produtivo em Pernambuco e na Paraíba

A atividade de confecções abrange municípios dos dois estados citados, anteriormente, e ocorre a partir de ampla fragmentação territorial através da produção flexível. David Harvey em seu livro *Condição Pós-Moderna* (2013) mostra que a produção flexível:

Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras e fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (...) envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas. (HARVEY, 2013, p.140).

Neste contexto, em muitos espaços do aglomerado confeccionam-se modelagens, em outros se costuram as peças, em outros se fazem os aprontamentos etc. Fragmenta-se a produção visando um menor custo financeiro, ou seja, uma maior margem de lucro para os produtores e menores responsabilidades trabalhistas.

Nestes espaços produtivos são efetivadas múltiplas inter-relações através da atividade econômica. Neste aspecto reiteramos Santos (1999) citado por Lira (op. cit., p. 20) quando destaca sobre o espaço enquanto:

Sistema de objetos e sistemas de ações [que] interagem. De um lado, o sistema de objetos [fábricas, fabricos, facções, residências com costureiras autônomas etc.] condicionam a forma como se dão as ações [subcontratação, produção em territórios fragmentados, divisão sócio territorial do trabalho etc.] e, [de] outro lado, o sistema de ações leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma.

Ademais, existe a concentração de renda a partir da lógica do modo civilizatório capitalista. Isto porque, o crescimento econômico favorece a empregabilidade, mas dificulta a continuidade dos estudos e novas oportunidades de ascensão social para os jovens oriundos das classes populares. Estes segmentos se envolvem com as referidas atividades desde muito cedo pelas influências de parentes, amigos ou mesmo pela força da atividade que está presente em seus cotidianos.

Na figura 02 destacamos uma jovem de apenas 14 anos trabalhando. E na figura 03, outra pessoa costurando em sua facção (empresa subcontratada por outros empreendimentos). Ambas confeccionando em espaços domiciliares.

FIGURA 02: JOVEM DE 14 ANOS TRABALHANDO NA SUA RESIDÊNCIA



FONTE: LIRA, 2007.

FIGURA 03: DONA DE CASA COSTURANDO NA SUA FACÇÃO DOMICILIAR



FONTE: A AUTORA, 2014.

Nestes espaços, o trabalho é negociado, em sua maior parte, através do pagamento pelas peças produzidas, trazendo uma impressão de autonomia ilusória, porque estes trabalhadores pensam que dominam o processo, mas apenas estão mais favoráveis a extração da mais valia. Este termo foi criado por Karl Marx para indicar a diferença entre o salário pago e o valor do trabalho produzido. Em relação a esta teoria Carneiro (2011) explica que:

Karl Marx fez uma análise dialética sobre o tema, [afirmando] que o sistema capitalista representa a própria exploração do trabalhador por parte do dono dos meios de produção, na disputa desigual entre capital e proletário sempre o primeiro sai vencedor. Desse modo, o ordenado pago representa um pequeno percentual do resultado final do trabalho (mercadoria ou produto), então a disparidade configura concretamente a chamada mais-valia, dando origem a uma lucratividade maior para o capitalista.

Neste contexto, podemos refletir que os produtores de confecções também são capitalistas e que, mesmo que também sejam trabalhadores, utilizam-se da extração da mais valia para ampliarem seus lucros. Desta forma, as costureiras autônomas que são subcontratadas em espaços domiciliares ou mesmo os parentes que trabalham na produção de peças, também fazem parte daqueles que apenas vendem as suas forças de trabalho.

Nesta perspectiva, encontramos nestas áreas significativa empregabilidade, mas que possuem índices sociais ainda bastante precários, principalmente por causa das questões educacionais. Este fato pode ser identificado ao analisarmos os Índices de Desenvolvimento Humano Municipais de alguns municípios ali presentes.

Constatamos que as taxas do IDHM oscilam muito de um município para o outro, variando em média de 0,500 a 0,69 no Agreste pernambucano e no Cariri paraibano. Destacamos, aqui, os índices mais baixos nos municípios de Santa Maria do Cambucá com 0,548; Brejo da Madre de Deus com 0,562; Riacho das almas com 0,570 e Cumaru

com 0,572, em Pernambuco e Barra de São Miguel com 0,572 e Alcantil com 0,578, na Paraíba.

Porém, é importante ressaltar que as rendas obtidas para o cálculo do IDHM possuem distorções quanto à realidade econômica de parte dos sujeitos produtores de confecções, porque sabemos que a informalidade encobre a verídica situação financeira destes agentes que ali atuam. Principalmente aqueles que se identificam como trabalhadores por conta própria, já que a maioria encontra-se em situação informal.

E embora existam melhorias na distribuição de renda, ainda persistem desigualdades sociais muito expressivas, pois nestas localidades encontram-se aspectos educacionais que possuem índices bem piores que os índices brasileiros e nordestinos, os quais já são preocupantes.

No Brasil e no Nordeste o percentual de pessoas sem instrução e com Ensino Fundamental incompleto encontra-se com índices entre 50,2% e 59,06%, respectivamente. Em Santa Cruz do Capibaribe e Toritama os percentuais são de 67,35% e 72,7%, respectivamente.

Em relação ao Ensino Superior completo o Brasil e o Nordeste possuem os percentuais de 8,3% e 4,9% e Santa Cruz do Capibaribe e Toritama estão com 2,0% e 1,5%, respectivamente (IBGE, 2010). Ou seja, nos dois municípios em que sua economia depende exclusivamente da produção de confecção as condições educacionais estão bastante precárias.

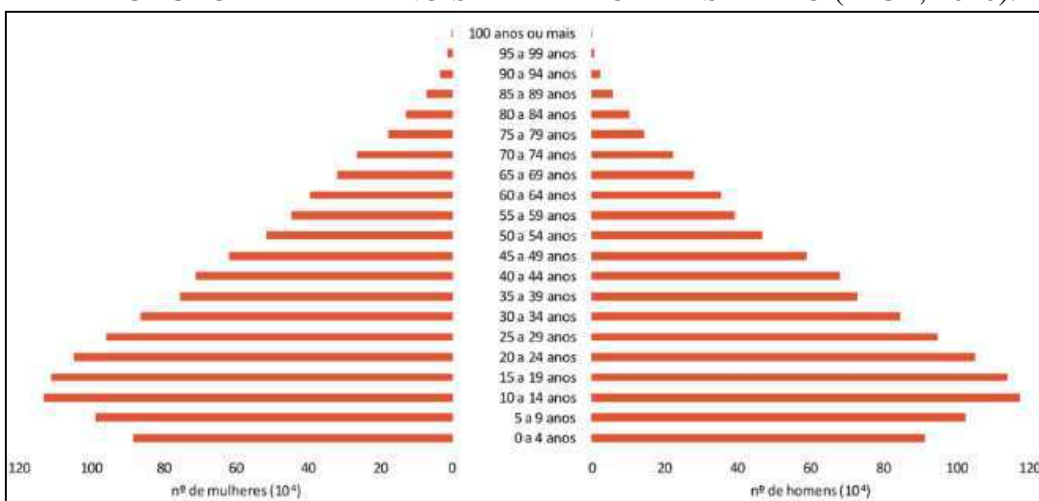
Por isso, a seguir, faremos uma breve análise sobre as juventudes, as políticas educacionais e a participação dos trabalhadores-estudantes neste contexto.

CAPÍTULO II

AS JUVENTUDES, AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES-ESTUDANTES

Para fazer esta reflexão, precisamos também entender um pouco mais sobre a(s) juventude(s), segmentos com percentuais bastante elevados na população brasileira, e especificamente do semiárido nordestino (Figura 04), região em que se localiza o aglomerado produtivo em análise.

FIGURA 04: COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL RESIDENTE, POR SEXO E GRUPO DE IDADE NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (IBGE, 2010).



FONTE: BRASIL, 2015.

Verificamos, a partir da figura anterior, que o quantitativo populacional entre 10 e 29 anos, é o maior no semiárido nordestino em relação às outras faixas etárias. Ou seja, a base da pirâmide alargada é semelhante aquelas da maioria dos países subdesenvolvidos. Isto demonstra a necessidade específica de políticas públicas para o segmento juvenil, que demanda educação, trabalho, lazer, entre outras exigências para este grupo.

Além disso, estas juventudes são bem diversas, pois mesmo vivendo no mesmo local possuem características singulares de acordo com aspectos econômicos, culturais etc. Por isso, não podemos falar de uma única juventude, mas de várias juventudes. De acordo com (LEÃO, 2011, p. 102) a categoria de análise juventude,

É uma construção histórica e social na qual se cruzam as diversas posições sociais ocupadas pelos sujeitos e seu grupo de origem, as representações

sociais dominantes em um dado contexto e as culturas juvenis, as experiências e as práticas produzidas pelos jovens.

Por isso, discutir sobre as juventudes é muito complexo, porque envolve aspectos heterogêneos. Sendo assim, as juventudes inseridas no ramo das confecções também vão ter características bem próprias. Necessitando, portanto, de políticas públicas diferenciadas conforme as suas singularidades, pois muitos estão excluídos de necessidades básicas para suas vidas.

Sachs (2008) discute sobre as esferas de inclusão, destacando as necessidades de: oportunidades de trabalho, melhoria de vida, bom salário, preocupação com a saúde e bem-estar humano, moradia de qualidade, tempo para o lazer, enfim, pré-requisitos para tornar-se uma sociedade desenvolvida e não apenas um país ou estado com esta marca.

E embora os governantes ressaltem que o aglomerado produtivo de confecções esteja em amplo desenvolvimento, porque proporciona empregabilidade, os outros elementos apontados por Sachs não são garantidos. E por isso, são necessárias políticas públicas que minimizem as disparidades socioespaciais existentes.

Em relação às definições de políticas públicas apresentamos a de Thomas Dye (1972, apud HOWLETT, 2013, p. 06) em que destaca este tipo de política enquanto “tudo o que um governo decide fazer ou deixa de fazer”. Apesar de ser simples esta definição, ela nos diz muito, pois se refere a práticas governamentais que podem ser acionadas ou não no atendimento populacional. No caso específico do nosso trabalho estaremos enfocando, principalmente, as políticas educacionais pela importância para o segmento juvenil.

Neste contexto, destacaremos os instrumentos normativos, porque através deles, são encaminhadas ações que podem influenciar positiva ou negativamente a vida das pessoas. A seguir, enfatizaremos algumas legislações educacionais brasileiras que puderam transformar as vidas daqueles que se utilizaram destas políticas ou não, conforme o enfoque dado a estas estratégias governamentais.

Faremos, então, um breve resgate histórico, destas políticas no Brasil. Iniciaremos com o período da era Vargas, resgatando algumas reflexões de Lana Cavalcante, destacando a reforma Campanema, em que foram implementadas as Leis Orgânicas do Ensino, de 1942, dividindo o ensino secundário em curso ginásial, com quatro séries e curso clássico, científico e normal. Neste período, já se diferenciava o ensino médio propedêutico e de profissionalização para o magistério.

Também criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), com o objetivo de qualificar a mão-de-obra mais elementar dos trabalhadores tanto para indústria quanto para o comércio. Deste modo, muitos jovens oriundos das classes populares tiveram a oportunidade de qualificarem-se para as indústrias existentes naquela época.

Foi neste mesmo período que houve, segundo Alencar (2007), a Reforma Universitária, impulsionada por Francisco Campos, abrindo em 1934 a Universidade de São Paulo (USP). Embora já existissem outros cursos superiores no Brasil, como no Rio de Janeiro, é a partir desta década que se ampliou em vários pontos do país.

Nesta perspectiva, os recursos da educação passaram a ser vinculados, descentralizando as responsabilidades para as várias esferas federativas. E iniciou-se a preocupação com a formação profissionalizante, mesmo que de forma dualista, pois para os filhos das classes populares ofereciam cursos técnicos de níveis fundamentais e médio e para as elites eram proporcionados os cursos superiores.

Após o golpe militar de 1964, retomaram-se as discussões em relação à qualificação profissional, pois a LDB 5692/71 trazia uma continuidade das Leis orgânicas da era Vargas, assegurando o direito do 1º e 2º ciclos escolares e o supletivo, mas fortalecendo o ensino técnico profissionalizante para aqueles oriundos das classes populares, permanecendo a dualidade educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação mais recente, LDB 9394/96, também enfatiza sobre os cursos profissionalizantes, contudo, intensificando a preocupação com a formação no campo tecnológico, a partir dos interesses do mercado.

Em relação a educação profissional prevê-se em seu Artigo 39, inciso 1º, que os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

No inciso 2º destaca que o Ensino profissional irá abranger a educação inicial e continuada ou qualificação profissional; também contribuirá na educação profissional técnica de nível médio, profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. Ou seja, a questão profissionalizante atinge também o Ensino Superior.

No Art. 40 aponta que a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. Desta forma fica claro neste artigo

as estratégias que envolvam a formação continuada nos espaços produtivos, a partir das necessidades das empresas.

Neste aspecto, percebemos que a maioria dos trabalhadores dos espaços produtivos de confecções aprenderam sobre suas funções no próprio encaminhamento do trabalho. Como também, que o SENAI tem oferecido assessorias técnicas para empresas e prefeituras, no tocante à formação profissional nesta área, além de ofertar cursos técnicos específicos para a produção de confecções em suas sedes, entre eles: técnico em produção de moda; técnico em administração e técnico em vestuário, nos municípios de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, conforme Pereira e Oliveira (2013).

Contudo, o segmento juvenil envolvido com a atividade produtiva de confecção ainda tem pouca participação nos referidos cursos, porque a atividade, com características sazonais, exige em momentos de alta demanda altas jornadas de trabalho.

Em alguns municípios, entre eles Riacho das Almas e Surubim, foram construídos os chamados CVTs (Centro de Vocação Tecnológica de Confecção). São ações pontuais, oriundas de iniciativas das prefeituras em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, conforme Lira (2011).

Verificamos também que, de acordo com Pereira e Lira (2015), o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), instalado em Caruaru, oferece diversos cursos como Mecatrônica, Edificações e Engenharia Mecânica, porém, não constatamos cursos voltados para a profissionalização na área de confecções.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Projeto de Lei nº 12.513, sancionado em outubro de 2011, tinha “por objetivo central democratizar o acesso da população brasileira à educação profissional e tecnológica (EPT) de qualidade” (CASSIOLATO e GARCIA, 2014, p. 304), visando atender às demandas profissionais existentes no país e buscando focar seus cursos de acordo com as necessidades específicas de cada localidade. Contudo, identificamos que o IFPE-Caruaru não atendeu estes critérios.

Retomando a atual LDB, no tocante ao Ensino Superior percebemos que o Art. 43, inciso II prevê “a necessidade de formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento capazes de ser inseridos em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua”.

Como também o Plano Nacional de Educação (PNE/2014) traçou estratégias para superar problemas como o de acesso, ingresso, e melhoria da educação nas modalidades

de ensino profissionalizante e superior, prevendo que em dez anos houvesse ampliação dos jovens nas diferentes esferas de ensino.

Entre as metas previstas no plano, destaca-se a que propõe o aumento nas matrículas de 50% (cinquenta por cento) na taxa bruta e 33% (trinta e três por cento) da taxa líquida da população de 18 (dezoito) a 24(vinte e quatro) anos, assegurando 40% (quarenta por cento) das novas matrículas na rede pública no ensino superior.

Ou seja, a partir destas metas o segmento juvenil chegaria a ter 1/3 da população nesta modalidade de ensino nos próximos anos. Contudo, este ainda é um percentual pequeno em relação à demanda educativa da população jovem brasileira. E, com a mudança de governo, na atualidade, o referido plano pode não ter os encaminhamentos necessários para atingir estas metas, que ainda eram insuficientes.

2.1 Os trabalhadores-estudantes e a participação nos cursos profissionalizantes e no Ensino Superior

No artigo das professoras Hustana e Paula (2013), é ressaltado que boa parte dos jovens trabalhadores não permaneceram no Ensino Superior, porque estes não têm condições de se manterem ao adentrarem nestas instituições, pois são trabalhadores e boa parte destes ganham menos de dois salários mínimos e trabalham 40 horas semanais.

Ademais, as autoras também explanam a respeito dos alunos que comparecem apenas em tempos de provas, e depois deste período se evadem, principalmente quando se aproximam das festas e final de ano, na qual a procura de emprego temporário é ampliada.

Desta forma, identificamos que no aglomerado produtivo estes problemas ainda são mais agravados, pois a maioria dos trabalhadores desenvolvem muito mais do que 40 horas semanais, porque a maioria trabalha por produção de peças e para ganhar um pouco mais estendem estas jornadas.

Como também, nos períodos de altas demandas, como nos meses de junho e de final de ano, a exigência dos fabricantes faz com que este processo se agrave ainda mais. Sendo assim, os problemas já relatados sobre os trabalhadores-estudantes no Brasil trazem outras dimensões no aglomerado produtivo em relação às dificuldades quanto ao acesso à educação ou a permanência no campo educativo.

CAPÍTULO III

O ENSINO SUPERIOR E A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS DO AGLOMERADO DE CONFECÇÕES

3.1 Breve resgate sobre o Ensino Superior

O Ensino Superior tem estado, historicamente, a serviço das classes dominantes, pois segundo Boaventura de Souza Santos (2013) a Universidade surge com o intuito de servir às elites, ou seja, as camadas populares eram excluídas de sua inserção na referida modalidade de ensino.

Entretanto a partir do pós-guerra, esta instituição, principalmente na Europa, passou a ser desafiada por dois agentes: o primeiro, o mercado, querendo mão de obra especializada e qualificada. O segundo, a sociedade, questionando o papel da Universidade e interrogando sobre a necessidade de ser para todos.

Sobre esta questão os sociólogos foram os primeiros a se debruçarem no campo investigativo e apontarem sobre as deficiências do atendimento superior na Europa. Com o passar do tempo, órgãos internacionais, vinculados à lógica dos mercados também evidenciaram estes problemas.

Em 1987, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*OCDE*), atribuiu, segundo os interesses capitalistas, mas avançando para demandas sociais, as funções que a Universidade deveria exercer, descrevendo em seu relatório as seguintes atribuições:

Educação geral, pós-secundária, investigação, fornecimento de mão de obra qualificada; educação e treinamento altamente especializados; fortalecimento de competitividade de economia; mecanismo e seleção para empregos de alto nível através da credencialização; mobilidade social para os filhos e filhas das famílias operárias; prestação de serviços á comunidade local; paradigmas de aplicação de políticas nacionais (ex. igualdade de oportunidades para as mulheres e minorias raciais); preparação para os papéis de liderança social. (*OCDE*, 1987, p. 16, apud *SANTOS*, 2013).

Neste contexto, muitos cursos, principalmente das áreas de exatas, passaram a ser comandados pelas empresas nestas instituições, utilizando-se das pesquisas e inovações para estas corporações. Como também, sistemas de cotas foram encaminhados nas universidades europeias para atender algumas das exigências sociais.

Por isso, Santos (2013) enfatiza que a dicotomia educação e trabalho permanece, pois a universidade ainda se mantém para atender ao capital e servir a burguesia até os dias atuais, e por mais que surjam programas que minimizem a exclusão das classes populares, a massa estudantil ainda é predominantemente oriunda das classes média e alta, ficando sempre com os melhores cursos.

No entanto, no Brasil houve diminuições dos ricos nas universidades públicas a partir do ano de 2004. Neste período eles representavam 54,5% destes estudantes e segundo o PNAD (2014), passaram a representar 36,4%.

Contudo, ainda existem grandes dificuldades para os estudantes das classes populares se manterem em cursos, historicamente definidos, para os setores das classes dominantes, como é o caso dos cursos de Medicina, Direito e Engenharia. (AGÊNCIA BRASIL, 2011).

Isto ocorre também por conta das dificuldades de aprendizagens oriundas da Educação Básica, que não tiveram os investimentos necessários para a sua melhoria nos últimos anos. E embora, o novo PNE, já apontasse a ampliação dos recursos do Produto Interno Bruto (PIB) de 10%, dobrando os valores até então aportados para a educação, como já enfatizamos anteriormente, o governo que se instalou a partir de golpe ao sistema democrático brasileiro, em 2016, não encaminhará ações definidas pelo PNE, pois já previu desvinculação dos recursos orçamentários para a educação.

Ademais, encontramos uma situação mais difícil entre aqueles jovens que fazem parte das camadas populares no aglomerado produtivo, pois identificamos que estes segmentos não encontram nos cursos universitários vinculados à atividade produtiva oportunidade para ascensão social e, assim, buscam outras áreas do conhecimento para se inserirem e se afastarem desta alternativa de trabalho.

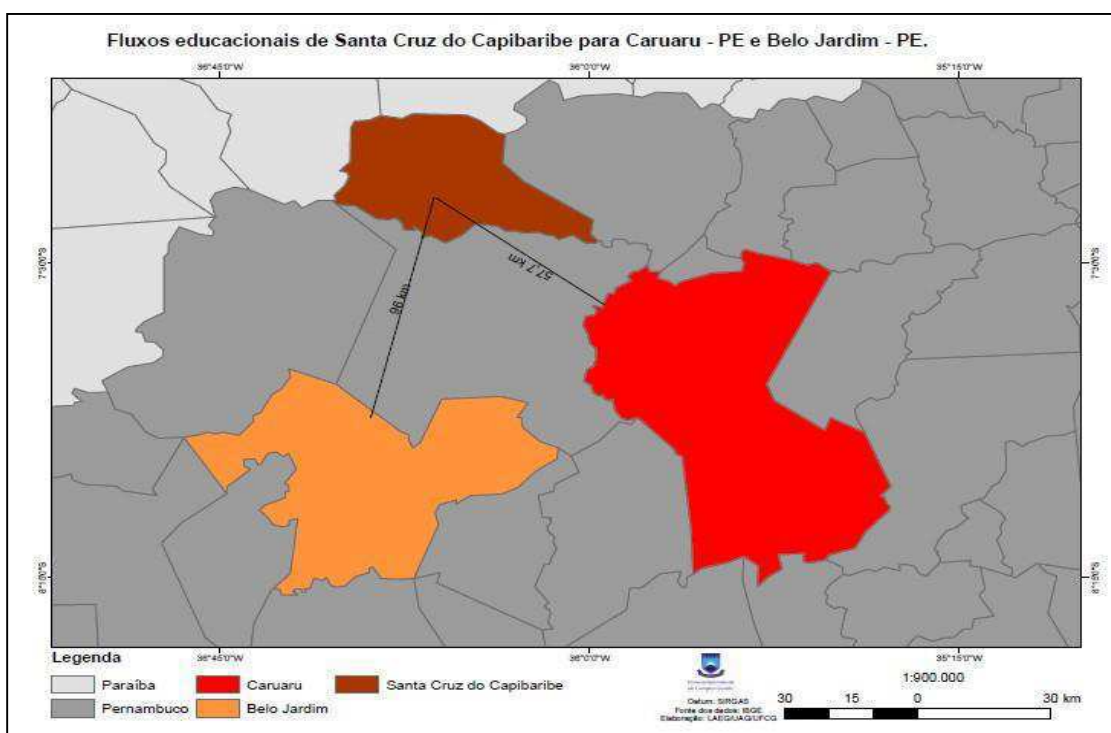
3.2 Ampliação do Ensino Superior no Agreste pernambucano

Nesta perspectiva, verificamos que o principal núcleo produtivo de confecções (Santa Cruz do Capibaribe), possui fluxos estudantis diários para outras localidades, através de ônibus e outros transportes alternativos com deslocamento dos estudantes até as cidades de Caruaru-PE e Belo Jardim-PE (Figura 05). A maioria deles estudam em cursos do turno noturno, percorrendo entre 60 km e 100 km na busca destas oportunidades educacionais.

Caruaru possui quantidade significativa de IES tanto públicas quanto privadas, as quais destacaremos no decorrer do texto, e por isso tem atendido grandes contingentes de estudantes que se deslocam para ela.

Belo Jardim tem uma autarquia educacional, instituição de caráter público, mas atua de forma privada, pois cobra mensalidades para os cursos de Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Geografia, História, Matemática, Pedagogia e Psicologia.

FIGURA 05: MAPA DOS FLUXOS EDUCACIONAIS DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE PARA CARUARU E BELO JARDIM-PE



FONTE: LAEG/UAG/UFPE, 2016.

A mesorregião do Agreste Pernambucano registrou 28.340 matrículas em cursos presenciais do Ensino Superior, nos últimos anos, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2013). Destas 14.436 matrículas foram efetuadas na rede pública de ensino, ou seja, pouco mais de 50% e o restante ocorreu através da iniciativa privada.

Entre as IES públicas que oferecem estes cursos nesta mesorregião destacamos a seguir a figura 06, da UFPE-Caruaru, instalada no ano de 2006, a partir do programa de interiorização das universidades federais do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Figura 06: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO (UFPE)-CAMPUS CARUARU



FONTE: UOU NOTÍCIAS, 2015.

A UFPE- Caruaru possui sede própria e atende vários cursos, além dos já citados no texto, oferecendo: Medicina, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Comunicação Social. Além das licenciaturas em Física, Pedagogia, Matemática e Química.

Neste contexto de ampliação das universidades públicas, o governo de Pernambuco também instalou o campi da universidade estadual na referida mesorregião. A figura 07 mostra o Polo comercial de Caruaru, no qual se encontra a UPE- Caruaru, em prédio alugado, de forma provisória, com os cursos de Bacharelado em Sistemas de Informações e Bacharelado em Administração, também com ênfase em Marketing e Moda.

FIGURA 07: POLO COMERCIAL DE CARUARU



FONTE: BATISTÃO, 2016.

Neste município também são encontradas IES da rede privada, podendo ser destacadas: a Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico (ASCES); a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA) figura 08; a Faculdade Vale do Ipojuca (FAVIP) (figura 09), que se transformou em Centro Universitário, passando a ser denominada UNIFAVIP; a Faculdade Maurício de Nassau; o Instituto

Brasileiro de Tecnologia & Saúde (IBRATS); a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR - EaD), com cursos à distância, entre outras.

FIGURA 08: FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CARUARU- FAFICA



FONTE: FAFICA, 2016.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA) disponibiliza os cursos nas áreas de educação com licenciaturas, além de tecnologia, teologia e negócios.

FIGURA 09: FACULDADE VALE DO IPOJUCA- CAMPUS CARUARU(FAVIP)



FONTE: PAES, 2012.

A Faculdade Vale do Ipojuca (FAVIP) é instalada ao lado do Shopping Norte em Caruaru e oferece os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Engenharia Civil, Jornalismo, Nutrição, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Turismo, Arquitetura e Urbanismo, e Enfermagem. Atualmente tem convênios com entidades internacionais e passou a se chamar Devry-UNIFAVIP, demonstrando que os conglomerados educacionais internacionais também têm se interessado por este filão do mercado nordestino.

Também identificamos que Santa Cruz do Capibaribe possui várias IES privadas, entre elas a Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional (FADIRE) (figura 10) o Centro de Ensino Superior *Santa Cruz* (CESAC), que possui a Faculdade Santa Cruz

(FACRUZ) e o Instituto de Educação Superior *Santa Cruz* (ISED) e a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR EaD).

Além disso, possui um polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculada e mantida pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco e instalada na Escola Padre Zuzinha, tendo a finalidade de ofertar cursos e programas de educação superior credenciados pelo MEC/CAPES, criada pelo programa do Governo Federal, através do Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006.

FIGURA 10: FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL-FADIRE



FONTE: NOVA REPLAY, 2016.

Nesta instituição são encontrados os cursos de Administração, Ciências contábeis e Designer de moda, vinculados diretamente à potencialidade econômica local das confecções.

Nas demais cidades do aglomerado de confecções, não identificamos IES, com exceção de Jataúba/PE e Camalaú/PB, nas quais encontramos a presença da UNOPAR com o curso de Pedagogia. Contudo, havia denúncias dos moradores de que este curso não estava credenciado pelo Ministério da Educação (MEC) e muitos dos estudantes concluintes estavam ameaçados de não receberem seus diplomas.

Dessa forma, verificamos um avanço significativo da iniciativa privada, principalmente em Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, inclusive com educação à distância, demonstrando que o mercado tem se aproveitado da ampliação de renda de quantitativo considerável desta população e dos subsídios governamentais através do Prouni e do FIES.

No entanto, parte desta população estudantil prefere se deslocar para outras IES localizadas na Paraíba, mesmo percorrendo percursos bem maiores, pois segundo estes segmentos há maior oferta e diversidade de cursos nestas instituições.

3.3. Os jovens do aglomerado buscam o ensino superior na Paraíba

As IES mais procuradas na Paraíba pelos jovens do aglomerado produtivo de confecções são a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) figura 11 e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) figura 12, de acordo com o líder do movimento estudantil.

FIGURA 11: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG



FONTE: JORNAL DA PARAÍBA, 2015.

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) disponibiliza uma série de cursos de graduação e pós graduação, entre eles: Medicina, Engenharia de Petróleo, de Minas, Elétrica, Mecânica, Ambiental, Arquitetura, Psicologia, entre outras. Nas licenciaturas, oferta cursos de Geografia, Letras, Pedagogia, História, Ciências Sociais, Filosofia, entre outros. Entre os municípios do aglomerado de confecções que mais procuram estes cursos encontram-se Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Taquaritinga do Norte, em Pernambuco, e os demais pertencentes ao aglomerado e localizados na Paraíba. A seguir, veremos a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB- Campos I Campina Grande) (Figura 12). A qual também são ofertados vários cursos de graduação e pós graduação.

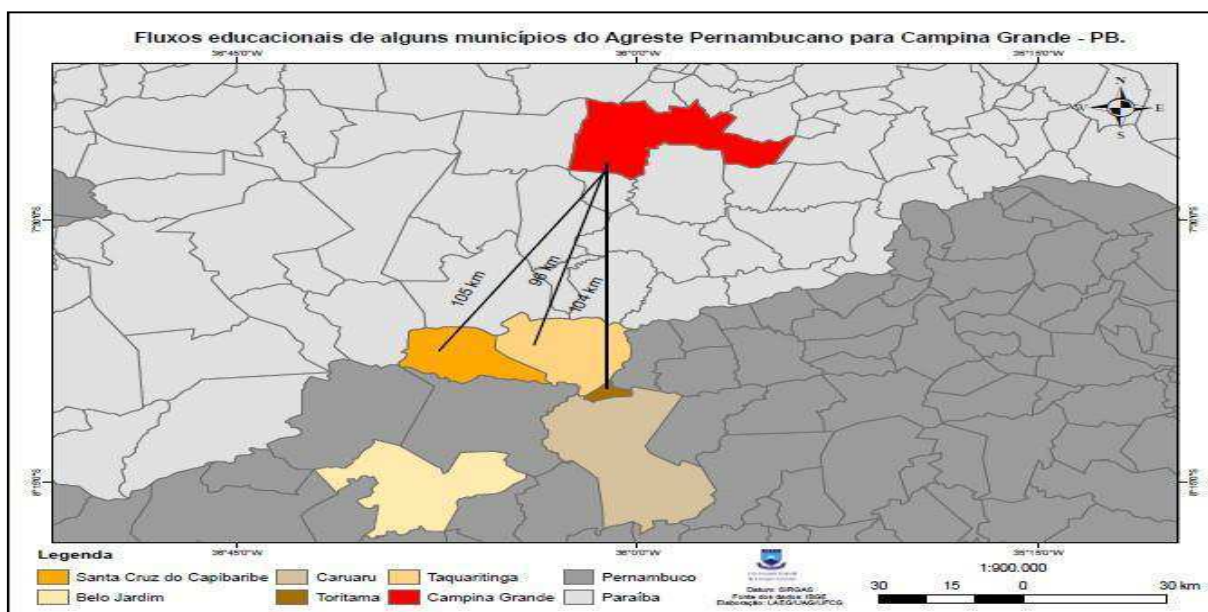
FIGURA 12: A UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB) CAMPUS I- CAMPINA GRANDE



FONTE: UEPB.EDU.BR, 2016.

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) campus I- Campina Grande, disponibiliza uma série de cursos de graduação e pós graduação, entre eles: Psicologia, Educação Física, Direito, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Serviço Social, entre outros. Nas licenciaturas, oferta cursos de Geografia, Letras, Pedagogia, História, Ciências Sociais, Filosofia, entre outros.

FIGURA 13- MAPA DOS FLUXOS EDUCACIONAIS DE ALGUNS MUNICÍPIOS DO AGRESTE PERNAMBUCANO PARA CAMPINA GRANDE



FONTE: LAEG/UAG/UFCG, 2016.

Verificamos que estes estudantes precisam disponibilizar de recursos financeiros para pagar os transportes, por isso realizamos entrevista com um dos líderes estudantis que lutam por recursos públicos em Santa Cruz do Capibaribe para garantirem estes pagamentos.

O estudante, que também trabalha numa empresa de confecções, relatou que o município disponibiliza uma bolsa universitária, na qual parte dos alunos, são contemplados com o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para ajuda nos custeios com os transportes, mas não são suficientes, pois os custos são bem maiores. Além disso, estas bolsas atrasam e muitos estudantes desistem dos cursos por não poderem bancar tais despesas.

Ademais, durante certo período pessoas que não precisavam faziam parte da relação dos bolsistas. Por isso, o movimento estudantil tomou as rédeas do processo e

atualmente acompanha a seleção dos estudantes, fiscalizando para que apenas aqueles com baixa renda possam ser contemplados.

3.4 Análise sobre os jovens trabalhadores no aglomerado de confecções e o Ensino Superior

A partir deste momento, apresentamos os dados da investigação empírica através da aplicação de 185 questionários a jovens trabalhadores com faixas etárias diferenciadas, conforme a tabela 1, enfatizando início desta atividade em suas vidas.

TABELA 1 – FAIXAS ETÁRIAS DOS JOVENS TRABALHADORES

FAIXA ETÁRIA INICIAL NA CONFECÇÃO	5 A 10 ANOS	11 A 14 ANOS	15 A 18	MAIS DE 18	TOTAL
	25	77	70	13	185

FONTE: PEREIRA, 2016.

Verificamos que 13,5% destes jovens iniciaram suas atividades na faixa etária entre cinco e dez anos e 41,8% das pessoas relataram ter iniciado neste ramo entre onze e quatorze anos. Ou seja, mais da metade desta população começou a trabalhar ainda no período da infância. 38% dos entrevistados afirmaram ter iniciado entre quinze e dezoito anos, e apenas 7% começaram a trabalhar com mais de dezoito anos. Com estes dados, podemos perceber a precoce idade que estas pessoas começam a trabalhar, acarretando diversas consequências para este segmento juvenil, como por exemplo, influenciando nas taxas de evasão escolar, repetências, entre outros índices tão fortes nesta região.

Identificamos também que 18 jovens alegaram estarem cursando o Ensino Superior, 49 ainda estavam participando da Educação Básica e 65 haviam desistido de continuar estudando. Além destes, 49 afirmaram ter concluído o Ensino Médio e alguns deles enfatizaram que já haviam “terminado” os estudos. Esta alegação demonstra as perspectivas de muitos jovens populares que não vislumbram o ensino superior como projeto futuro para suas vidas.

Neste quantitativo, 04 concluíram o Ensino Superior, destacando terem cursado: Psicologia, Serviço Social e dois em Administração, único curso voltado para o ramo confeccionista. Ademais, um já encontra-se fazendo pós graduação em Engenharia de Produção, todos efetuados em faculdades particulares.

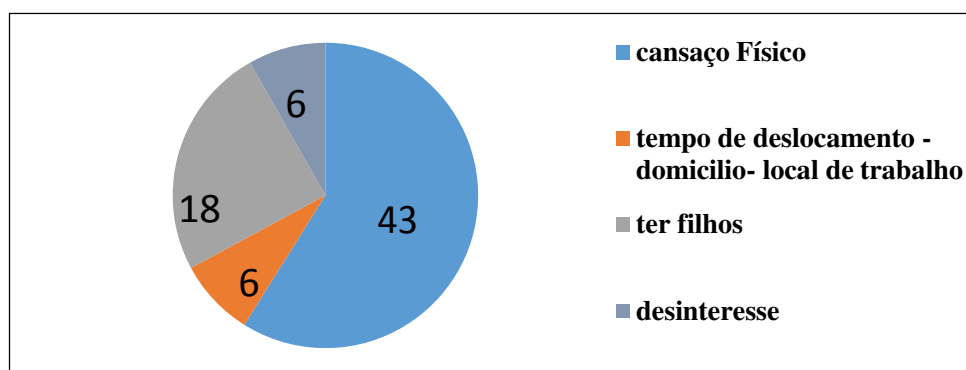
Entre os que estavam cursando o Ensino Superior identificamos: 02 em Engenharia Civil em Caruaru, 01 em Arquitetura na (FAVIP) Caruaru-PE, 01 Designer

na UFPE-Caruaru, 01 Direito na (FAVIP) Caruaru-PE, 01 em Pedagogia em Jataúba/PE, 01 Pedagogia em Caruaru-PE, 01 Licenciatura em Física em Campina Grande/PB na (UEPB), 02 cursando Letras em Campina Grande/PB na (UEPB), 01 Licenciatura em Geografia em Campina Grande/PB na (UFCG), 01 Matemática na (Unopar) Santa Cruz do Capibaribe-PE. E 01 Educação Física, 02 Administração, 01 Enfermagem e 01 Serviço Social em que não foram citados as localidades.

Entre os jovens graduandos vinculados a cursos relacionados à atividade produtiva, notamos que apenas três jovens escolheram aqueles mais voltados a este campo econômico, evidenciando a vontade destes jovens em buscar novas alternativas de trabalho.

Identificamos também que 65 do total de entrevistados alegaram a desistência da continuidade dos estudos, entre eles 41, equivalendo 63% do percentual apontaram o cansaço físico e entre estes, 06 referenciaram que o tempo de deslocamento entre o domicílio e o local de trabalho trazia impedimentos para continuar estudando, pois moravam em outros municípios. Neste quantitativo percebemos a influência da extração da mais valia na evasão escolar. 18 jovens do sexo feminino indicaram que o casamento e ter filhos impediram a continuidade dos estudos. Em relação às jovens mulheres a sobrecarga com responsabilidades familiares e domiciliares inviabilizaram a possibilidade de ascensão educacional. E apenas 06 alegaram desinteresse como apresenta a figura 14.

FIGURA 14: MOTIVOS PARA A DESISTÊNCIA DOS ESTUDOS



Fonte: A autora, 2016.

No tocante ao questionamento sobre a necessidade dos estudos para o desempenho das funções relativas ao trabalho com confecções, 58 jovens afirmaram não necessitar estudar para desempenhar tais funções. O jovem “A” disse: “Qualquer analfabeto trabalha com confecção” e o jovem “B” afirmou: “O maquinário continua o mesmo. Qualquer um exerce essa função”. Demonstrando que esta atividade não exige níveis educacionais mais

elevados. Já o jovem “C” alegou que: “Só a prática resolve”. Destacando que a aprendizagem ocorre no próprio local de trabalho.

Com estes relatos percebe-se a falta de conexão entre o trabalho e os cursos oferecidos. Por isso, os gestores públicos deveriam ter uma análise anterior mais clara sobre esta realidade, antes da implementação dos cursos oferecidos, pois talvez houvesse mais necessidade de cursos técnicos em nível médio que superiores nesta área.

Ademais, 130 do total de jovens entrevistados não conheciam os cursos das universidades públicas instaladas em Caruaru, totalizando 70,6 % deste quantitativo. Ou seja, existe uma enorme ausência de informações para estes segmentos no tocante aos tipos de cursos oferecidos no ensino superior naquela localidade, por isso como conclusão deste trabalho, elaboramos uma cartilha sobre os cursos oferecidos pelas universidades públicas de Caruaru e Campina Grande, a qual apresentaremos em escolas e empresas da região.

Também identificamos que entre os jovens que trabalhavam por conta própria, através da subcontratação em facções, havia grande insatisfação pela instabilidade financeira em períodos de baixa demanda, por isso optavam por cursos que não fossem vinculados às práticas da confecção, principalmente aqueles da UFCG. Entre eles foram enfatizadas as escolhas dos cursos ligados às licenciaturas e enfermagem como alternativas para mudança de profissão.

Desta forma, evidenciamos que embora 9,7% tenham alegado estarem cursando o ensino superior, observa-se que boa parte destes cursos não estão voltados para atividade confeccionista, apontando a vontade destes jovens em trilhar novos rumos na sua carreira profissional, o que demonstra que esta atividade tem trazido insatisfações a estes segmentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciamos, no decorrer deste trabalho que no modo civilizatório capitalista o Ensino Superior foi privilégio de poucos. E que mesmo com a ampliação destas vagas para os segmentos das classes populares, alguns cursos continuam destinados às classes mais abastadas.

Em se tratando dos jovens oriundos do aglomerado de confecções, outras dificuldades de acesso às IES são apresentadas: Ente elas encontra-se a distância para as universidades e o custo com transportes, que poderiam ser viabilizados com mais apoio dos órgãos públicos dos vários entes federativos, como também o alto preço da iniciativa privada, porque nem todos são contemplados com o Reuni.

Ademais, o único Instituto Federal que poderia oferecer cursos técnicos, que talvez estes jovens trabalhadores poderiam ser absorvidos pelas micro e pequenas empresas, não oferece o PRONATEC vinculado aquela potencialidade local. Como também, os cursos de Administração, Design, Economia e Engenharia de Produção da UFPE-Caruaru são oferecidos no horário diurno, inviabilizando os estudantes trabalhadores de sua participação.

Além disso, a carga horária excessiva de trabalho, o cansaço físico e psicológico são fatores que interferem e inviabilizam a entrada destes jovens no ensino superior. Mas, este é um problema provocado pelo modo civilizatório capitalista que através da mais valia aumenta a lucratividade. Entretanto, identificamos que algumas empresas maiores e formalizadas de Santa Cruz do Capibaribe facilitam a saída mais cedo de jovens universitários para viajarem e se deslocarem para os seus estudos.

Contudo, a maioria das empresas daquelas localidades encontram-se na informalidade, principalmente aquelas que são subcontradas através de facções, e não possibilitam condições para que estes jovens continuem estudando.

Dessa forma, há a necessidade de ampliação de políticas públicas diferenciadas voltadas para as necessidades desta população, que tratem de maneira desigual os desiguais, ou seja, trazendo mais oportunidades para os que realmente precisam. No entanto, vivemos um momento político do país que busca nas ideias liberais os focos de sua inserção e que inviabilizará ainda mais as possibilidades educacionais para a população jovem brasileira, incluindo aqueles do aglomerado produtivo em epígrafe. E por isso, a organização e a luta pelos direitos educacionais, continua sendo uma exigência das novas gerações.

REFERÊNCIAS

ANDREOTTI, A. L. A Administração escolar na era Vargas e no nacional desenvolvimentismo (1930 - 1964). **Revista HISTEDBR On-line**. Artigo. Campinas, n. especial, p.102–123, ago. 2006.

ALENCAR, S. **A Educação Superior durante a era Vargas**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: < <http://educandooamanha.blogspot.com.br/2007/11/educacao-superior-durante-era-vargas.html>>. Acesso em 15 ago. 2016.

BRASIL. A; E. B.C; CIEGLINSKI, A. **Mais de 40% dos alunos das universidades federais são das classes C, D e E**. Brasília, 2011 Disponível em: < <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-08-03/mais-de-40-dos-alunos-das-universidades-federais-sao-das-classes-c-d-e-e>>. Acesso em 19 ago. 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB Lei nº 9394/96. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB Lei nº 5692/71. Brasília: Presidência da República, 1971.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho. Brasília. Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em 30 jun. 2016.

BRASIL. **Sinopse do censo demográfico para o semiárido brasileiro**. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação, 2015. Disponível em:<http://www.insa.gov.br/censosab/?option=com_content&view=article&id=101&Itemid=100>. Acesso em: 09 ago. 2016.

CARNEIRO, R. **O Conceito de Mais-Valia**. 2011. Disponível em: < <http://www.roocarneiro.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/5/2270/15/arquivos/File/mais-valia.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

CASSIOLATO, M. M. M. C; G, R C. **Pronatec: Múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional**. In: GOMIDE, Alexandre de A; PIRES, Roberto R. C. (Ed.). **IPEA. Capacidades estatais e democracia: Arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília: 2014. p. 297-324.

DIAS, J. L. **O Conceito de “Fronteira” em Geografia**. São Luis,14 abri. 2013. Disponível em: <<http://luzjorgedias.blogspot.com.br/2013/04/o-conceito-de-fronteira-em-geografia.html>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

HUSTANA, M. V.; P. M. F. C. A Inclusão Do Estudante-Trabalhador E do Trabalhador-Estudante na Educação Superior: Desafio Público A Ser Enfrentado. **Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (Campinas)**, Sorocaba, v. 18 n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141440772013000200012>. Acesso em : 12 Ago.2016.

HOWLETT, M; R. M; P; A. **Política Pública: Seus ciclos e subsistemas: Uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por amostras em domicílio (PNAD)**. Sínteses de indicadores 2014. Rio de Janeiro, 2015.

LEÃO, G. Entre sonhos e projetos de jovens, a escola.... In: DAYRELL, MOREIRA, STENGEL (Org). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de oportunidades**. Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira, Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

LIRA, Sonia Maria de. **A organização territorial das escolas públicas em Caruaru: entre a modernização, o clientelismo e a construção do espaço do cidadão**. Recife: UFPE, Dissertação em Geografia, 2003.

_____. **Muito Além das feiras da sulanca: a produção da confecção no Agreste/PE**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

LIRA, Sonia Maria de; PEREIRA, Noemia da Silva. **A participação juvenil e a ação dos poderes públicos quanto ao Ensino Superior no aglomerado produtivo de confecções do Agreste pernambucano**. Anais do XII Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

MELO, Mário Lacerda de. **Os Agrestes: estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-picultura de uso de recursos**. Recife: SUDENE, 1980.

MELO, P. B. C.; Luís Henrique Romani de. A Interiorização Recente das Instituições Públicas e Gratuitas de Ensino Superior no Nordeste: Efeitos e mudanças. In: MELO, Patrícia Bandeira de. (Coord). **A Interiorização Recente das Instituições Públicas e Gratuitas de Ensino Superior no Nordeste: Efeitos e mudanças**. Recife : FUNDAJ, 2014. p. 09-41.

PEREIRA, E; OLIVEIRA, R. V. Modos de atuação do SENAI no polo de confecções de Pernambuco: mudanças recentes e implicações recíprocas. In: OLIVEIRA, R. V. (Org). **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.p. 233-278.

PEREIRA, N, S; LIRA, S, M. **A participação juvenil e a ação dos poderes públicos quanto ao ensino superior no aglomerado produtivo de confecções do Agreste pernambucano**. In: XII Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2015.

PERNAMBUCO, Governo do Estado de. **Governo nos municípios: Plano de inclusão social**. Recife, 2003.

PNUD. **Relatório Anal 2012: O futuro sustentável que queremos**. Brasil, 2013. Disponível em: < https://issuu.com/pnudbrasil/docs/pnud_relatorio_anual_web> Acesso em 19 ago. 2016.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação Brasileira no Brasil: 1930/1973**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes Ltda., 1980.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: O social e o político na transição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

SEBRAE. **Estudo Econômico do Arranjo Produtivo de Confeções do Agreste Pernambucano**: Relatório final: Serviço de apoio às micro e pequenas empresas do Estado de Pernambuco. Recife: SEBRAE/Pernambuco, 2013.

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. São Paulo: Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior, 2015. Disponível em: <http://convergencia.com.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf> Acesso em: 09 ago. 2016.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre a juventude e a escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006.